

FRACASSO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAU: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO E DA PSICOLOGIA BRASILEIRAS

Sonia Mari Shima **Barroco** – UEM-Brasil

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O trabalho expõe investigação em desenvolvimento (2014-2016), atrelada a uma pesquisa interinstitucional (PROCAD-NF – CAPES). Os objetivos dizem respeito ao estudo sobre o fracasso escolar na Guiné-Bissau, onde tem sido possível identificar a contribuição brasileira na formação e atuação de profissionais no ensino superior e para a pesquisa. Vale-se de investigação bibliográfica contemplando teorizações e políticas educacionais para o enfrentamento ao fracasso escolar no Brasil e na Guiné-Bissau. Justifica-se num contexto de Convênio Educacional entre Brasil e Guiné-Bissau para o Ensino Superior e a Pós-graduação deste país, cujos resultados revelam o Brasil como principal parceiro educacional do país africano. Ante o avanço da teorização da psicologia e da educação brasileiras sobre a produção do fracasso escolar e o seu enfrentamento, indaga-se sobre suas contribuições a esse país africano. Como resultados parciais tem-se maior clareza da situação em que se encontra o país africano e a identificação de possibilidades de subsídios das elaborações brasileiras, visto que na Guiné-Bissau ainda, embora a educação produza resultados que apontem para a existência do fracasso escolar, ele tem sido fenômeno pouco estudado.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Fracasso Escolar; Políticas Públicas da Educação; Psicologia Escolar/Educacional; Teoria Histórico-Cultural.

FRACASSO ESCOLAR NA GUINÉ-BISSAU: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO E DA PSICOLOGIA BRASILEIRAS

Introdução

Apresentamos aspectos de investigação em desenvolvimento (2014-2016) derivada de pesquisa interinstitucional (Programa de Cooperação Acadêmica Novas

Fronteiras – PROCAD/NF), que provocou a reflexão sobre a educação, o fracasso escolar e as políticas públicas referentes na Guiné Bissau.

O Brasil tem participado na formação dos profissionais atuantes na administração pública, em universidades e como pesquisadores dos/nos países africanos. Djaló (2014) expõe sobre o impacto favorável da cooperação educacional entre Brasil e a Guiné-Bissau para a juventude deste país. Por meio dela, muitos estudantes têm expectativas de uma formação nos âmbitos da graduação e da pós-graduação. Nesse contexto discutiremos sobre a contribuição da Educação e da Psicologia brasileiras para o entendimento do fracasso escolar na educação básica e o seu enfrentamento.

Os procedimentos metodológicos dizem respeito à pesquisa bibliográfica e contemplam estudos de temas/conceitos relacionados à Teoria Histórico-Cultural (THC), Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e Psicologia Escolar/Educacional de modo que permitam compreender: políticas públicas da educação brasileira e guineense, constituição do sistema educacional, índices geoeconômicos e educacionais e de documentos públicos sobre a educação em geral e o fracasso escolar na Guiné-Bissau. A composição do acervo dá-se por meio de levantamentos de fontes primárias (autores clássicos e documentos/leis) e secundárias (textos de intérpretes e continuadores dos clássicos, materiais analíticos ou críticos) divulgadas na internet em sites de busca (Google e Portal Periódicos Capes) e no acervo da biblioteca da Universidade Lusófona da Guiné (Guiné-Bissau). Os materiais foram selecionados para estudos e análises conforme pertinência com os objetivos da pesquisa.

Guiné Bissau e sua educação

Guiné-Bissau é um país que sofre as consequências de uma dominação colonial de cinco séculos. Tornou-se independente de Portugal em 1973/1974, depois de onze anos de dura luta armada, após a queda do regime fascista salazarista. Entre 1974 e 1991, o país viveu sob uma adaptação do regime marxista-leninista, inspirado e apoiado pela ex-União Soviética.

A situação educacional de Guiné-Bissau vincula-se a essa história da construção da independência do país, em meio a intensas lutas de guerrilha (1964-1974). Após quarenta anos desde a sua independência os princípios, as concepções de mundo, de homem e de sociedade, vinculados a dado projeto de república e de liberdade para a Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), ainda são recuperados.

O país conviveu vários anos com dois modelos diametralmente opostos: o ensino colonial português, que tinha seus conteúdos programáticos com base nos currículos escolares de ensino de Portugal, e o ensino do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o Ensino de Zonas Libertadas, que controlava um terço do território da então Guiné Portuguesa, atual território da Guiné-Bissau. Em tais zonas, os conteúdos programáticos contemplavam a história e as tradições culturais do país, a geografia, o relevo e as táticas de guerrilha.

A educação guineense do regime colonial português sempre contou com poucos investimentos - em 1958 havia 510.777 habitantes, sendo 504.928 analfabetos, numa porcentagem de 98,85%. (INSTITUTO..., 1958). A educação era seletiva e discriminatória: os nativos guineenses eram tidos como inferiores, indígenas, selvagens.

Nos anos pós-independência, enfrentava-se o problema primário de estabelecer e manter com facilidade a formação de professores da rede pública de ensino, sobretudo no ensino básico. Semedo (2009) aponta que se fez a expansão das escolas a quase todas as aldeias ou vilas, visando a massificação do ensino. Mas explica que há vários problemas a serem enfrentados, desde a língua de ensino (português, crioulo, dialetos) às metodologias. As crianças têm que aprender numa língua não materna, em ambiente de por vezes inadequado, com metodologia pouco eficaz. Isso contribui “(...) nas elevadas taxas de repetência e de desistência de crianças (23,5% e 18% em 1999 respectivamente), nas baixas taxas de desenvolvimento escolar e nos baixos níveis de qualidade de eficácia do sistema” (p.3).

Essa situação desafiadora de analfabetismo ainda existe, concomitantemente ao *fracasso escolar* no país, que parece ser *invisível*: não se fala a respeito, não se emprega essa terminologia.

No Brasil se avolumaram estudos da Educação e da Psicologia sobre temáticas afetas ao fracasso escolar. Hoje, há um acervo produzido nessa área, sobretudo, por pesquisadores de programas de pós-graduação em Educação e Psicologia.

Um dos pesquisadores é Saviani (2007), que ao recuperar a história das ideias pedagógicas no Brasil demonstra como se organizou a educação brasileira, desde o período de Colônia portuguesa até os dias atuais, como se instituiu a escola pública, quais as tendências pedagógicas que se apresentaram e suas relações com o contexto socioeconômico. Pelo que expõe, evidencia que o sucesso ou fracasso na educação básica pública abrange muitas variáveis. Como representante da perspectiva histórico-

dialética, Saviani (2011) aponta ao processo da formação humana e deixa notória a defesa de que a escola deva revolucionar os que por ela passam.

Pautados também na PHC e na THC, entendemos que quanto mais a escola investe na atividade de ensino, mais o aluno aprende. A aprendizagem, por sua vez, movimenta o desenvolvimento do psiquismo. Ao defendermos, portanto, que as políticas públicas da educação garantam acessibilidade, permanência e terminalidade da educação básica, visamos à apropriação do conhecimento. Consideramos necessário lutar e investir em favor do desenvolvimento dos guineenses, posto que a apropriação das objetivações já elaboradas permite a formação e o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, propriamente humanas (VYGOTSKI, 2000; 1996; VYGOTSKY & LURIA, 1996). Daí entendermos que o problema do fracasso escolar deva ser enfrentado com políticas públicas que oportunizem o acesso à escola com bom ensino, por um lado, e à realização da docência em condições adequadas, por outro.

Na Guiné-Bissau, segundo Furtado (2005, p.3), há uma política educativa desajustada em relação às dimensões social, política, econômica e cultural do país. Explica que o sistema educativo é estranho à realidade e aos anseios do país, com fortes resquícios do passado.

Fracasso escolar e legislação

Segundo Patto (1999), quando se lida com o fracasso escolar é preciso entender como as diferentes pessoas se relacionam com o processo de escolarização da criança, sem que se busquem as causas das dificuldades somente fora da dinâmica escolar ou nos alunos. Frisa não ser possível obter resultados confiáveis quando todas as circunstâncias que contribuem para a produção do insucesso ou do fracasso escolar não são analisadas.

No contexto das transformações educacionais guineenses é possível pensarmos sobre os desafios enfrentados pelos profissionais da educação, sobretudo os da rede pública de ensino. Nele, não é fácil e simples lutar pela boa educação escolar para todos, bem como participar ativamente e conscientemente do processo de desenvolvimento conjuntural e cultural em favor da produção do conhecimento, da pesquisa e da formação de profissionais. Lembramos que as políticas públicas expressam o papel do Estado, seja na definição das prioridades da ação governamental, seja no direcionamento das próprias condutas sociais.

Dentre outras, salientamos que o governo da Guiné-Bissau, por meio do poder legislativo, aprovou três leis relevantes: a) Lei n.º 2/2011 referente à carreira docente; b) Lei n.º 3/2011 referente ao ensino superior e à investigação científica; c) Lei n.º 4/2011 referente às bases do sistema educativo (GUINÉ-BISSAU, 2011).

As constantes crises políticas que assolaram o país nos últimos 25 anos, não favoreceram para que essas leis sejam impactantes e para que as instituições universitárias encontrem seu rumo de diálogo com o Estado e assumam papel de protagonismo ante as políticas públicas educacionais.

Considerações finais

Na Guiné Bissau, ocorrem processos de rápidas transformações sociais, como a mecanização da agricultura e ampliação da escolarização para a população. Consideramos que se constitui em oportunidade privilegiada para se observar as relações entre prática social e o desenvolvimento de processos psicológicos. Permite que se acompanhe o que ocorre com os indivíduos que passam por transformações sociais como essas, em termos de escolarização e do funcionamento dos seus psiquismos. Essa é uma preocupação que devemos levar em conta quando abordamos o fracasso escolar.

Pelo que vimos investigando, o fracasso escolar se apresenta como grande problema na educação guineense. O Estado, os (poucos) estudiosos de Psicologia e da Educação parecem ignorá-lo ou não lhe dar a devida atenção. Esse fenômeno é muito debatido no âmbito da Psicologia Escolar/Educacional brasileira e está presente, de algum modo, em políticas públicas federais, estaduais e municipais. Sabedores das implicações que a não escolarização ou a educação de *baixa* qualidade têm para o desenvolvimento humano, é preocupante que o fracasso escolar ainda pareça inexistente.

Pensamos que uma política pública deva promover a equidade, com distribuição de recursos arrecadados pelo governo para beneficiar, desigualmente, os menos favorecidos, e cabe-nos continuar os estudos sobre políticas públicas vigentes na Guiné Bissau que favoreçam ou enfrentem o fracasso escolar. Isso nos permitirá conhecer se asseguram que as crianças ingressantes no ensino fundamental se encontram em igualdade de condições para serem alfabetizadas e continuarem os estudos com chances de sucesso escolar.

Estudar a produção do fracasso escolar em sua totalidade na Guiné-Bissau, e o que vem sendo feito para seu enfrentamento, são passos importantes para pensarmos em estratégias compensatórias.

Referências

BRASIL. **Manual de Programa de Estudante Convênio de Pós-graduação**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Divisão de Temas Educacionais (DCE) Departamento Cultural (DC) Ministério das Relações Exteriores Brasília, 2013.

DJALÓ, M.. **Relações Sul-Sul: a cooperação Brasil – Guiné-Bissau na educação superior no período de 1990 – 2011**. 2014. Florianópolis, 2014. 273f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2014.

GINÉ-BISSAU. **Documento Suplementar ao Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau nº13. Assembleia Nacional Popular Leis nº2, nº3 e nº4 de 29 de março de 2011**. Guiné: INACEP, 2011.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: incoerências e discontinuidades**. 2005. 719 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2005. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1098/1/2005001736.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE LISBOA. **Anuario Estatístico Do Ultramar**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas de Lisboa 1958.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1999.

SEMEDO C. O. M.. **O simples fato de nomear a Educação como um Direito não é garantia, nem de sua oferta nem de sua qualidade**. Bissau: INEP, 2009.

[VYGOTSKI](#), Lev Semiónovich. **Obras escogidas: psicología infantil**. Tomo IV. Trad. Lydia Kuper. Madrid: Visor Dist. S. A., 1996.

VYGOTSKY, L. S., Luria, A. R. Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança. Tradução Lolio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. **Obras escogidas**: problemas del desarrollo de la psique. Tomo III. Trad. Lydia Kuper. Madrid: Visor, 2000.